anpr
Associação Nacional dos Procuradores da República

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL
Plenário – 04 e 05/06

O Plenário do Senado a O Senado pode votar o PL 914/2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). O projeto prevê incentivos financeiros para estimular a produção de veículos menos poluentes. O texto veio da Câmara com a inclusão de um tema que não constava no projeto inicial: a taxação de produtos importados até US$ 50.

Também estão na pauta, entre outros: PL 3.905/2021, que cria o Marco Regulatório do Fomento à Cultura, para organizar as regras das políticas de financiamento do setor na União, estados e municípios; e PL 454/2022, que dispõe do compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º da referida Lei e na realização de censos educacionais.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: Durante a votação do projeto que trata de incentivos para a produção de veículos menos poluentes (PL 914/2024), os senadores mantiveram a taxação de compras internacionais abaixo de US$ 50. Com a inclusão da taxação no texto, os compradores terão que pagar mais 20% para a importação de mercadorias até US$ 50. Acima desse valor e até US$ 3 mil o imposto será de 60%, com desconto de US$ 20 do tributo a a pagar. Como houve mudanças, o texto retorna à Câmara dos Deputados.

O Plenário do Senado aprovou também aprovou o projeto que cria o Marco Regulatório do Fomento à Cultura, para organizar as regras das políticas de financiamento do setor na União, nos estados e nos municípios (PL 3.905/2021). O projeto segue agora para a sanção da Presidência da República.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 05/06 - 10h - Plenário 03

ITEM 02 – PL 2234/2022, que dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional.

O relator, senador Irajá, apresentou parecer com voto favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 4.

Resultado: não deliberado.

ITEM 04 - PL 3519/2019, que altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

O relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo, apresentou parecer favorável ao Projeto.

Resultado: não deliberado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Plenário - 04 e 05/06

Pauta da semana ainda não foi divulgada.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou o PLP 459/2017, que regulamenta a securitização da dívida ativa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Essa securitização é uma espécie de venda com deságio dos direitos de receber uma dívida, tributária ou não. A proposta será enviada à sanção presidencial.

A Câmara dos Deputados aprovou PL 6233/2023, que uniformiza a aplicação de juros nos contratos de dívida sem taxa convencionada ou em ações de responsabilidade civil extracontratual (perdas e danos). A proposta será enviada à sanção presidencial.

Também foi aprovado o PL 4129/2021, que estabelece diretrizes gerais para a elaboração, pelo poder público, dos planos de adaptação à mudança do clima. A proposta será enviada à sanção presidencial.

anpr
Associação Nacional dos Procuradores da República

Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) - 04/06, às 14h30, 05 e 06/06, às 10h - Plenário 01

PEC 45/2023, que altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, observada a distinção entre traficante e usuário.

O relator, Deputado Ricardo Salles, apresentou parecer pela admissibilidade da matéria.

Resultado: Não deliberado em virtude de um pedido de vistas.

Após a deliberação da PEC, a Comissão agendou deliberativa e na pauta consta:

Item 16- PL 2.073/2022, que dispõe sobre a criação e transformação, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, de cargos de Técnico e Analista em cargos em comissão, sem aumento de despesas.

A relatora, Deputada Bia Kicis, apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Administração e Serviço Público.

Resultado: Aprovado. A proposta foi analisada em caráter conclusivo e poderá seguir ao Senado, a menos que haja recurso para votação pelo Plenário.